

INTERSECCIONALIDADE E MULHERES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA ENFRENTANDO O PRECONCEITO DUPLO

Thais Aparecida Santos ¹ e Maria Nivalda de Carvalho-Freitas ²

Resumo

A inclusão contribui para a criação de um ambiente mais diverso e igualitário. Isso reflete valores de respeito, valorização das diferenças e combate à discriminação. Tendo em vista que o processo da deficiência gera sentimentos, emoções e implicações psicossociais, a presente pesquisa teve como objetivo compreender os impactos dos aspectos contextuais e culturais nas trajetórias de vida e na subjetividade de mulheres com deficiência física congênita ou adquirida na primeira infância. A investigação tem natureza qualitativa, tipo exploratório e se operacionaliza pela utilização de entrevistas semiestruturadas, analisadas pela Análise de Conteúdo. As participantes nos auxiliaram na construção de nossas categorias analíticas: i) Preconceito e interseccionalidade: narrativas da inclusão e exclusão de mulheres com deficiência; ii) Gênero e deficiência: interseções e perspectivas; iii) Acessibilidade no trabalho: (re)significações entre inserção, inclusão na busca do reconhecimento profissional; e iv) Acessibilidade escolar: construções e percalços nas vivências da deficiência. A deficiência se insere como um fator marcante na vida dessas pessoas, levando em consideração sentimentos, emoções, angústias, sofrimentos, e em contrapartida, reconhecimento, pertencimento e (re)significações face a própria deficiência. O fator gênero, propiciou fatores capacitistas, frente ao trabalho, lazer, escola e coletividade. O trabalho foi vivenciado como um motor de pertencimento subjetivo e social.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Deficiência Física; Trajetórias.

INTERSECTIONALITY AND WOMEN WITH PHYSICAL DISABILITIES: FACING DOUBLE PREJUDICE

Abstract

Inclusion contributes to creating a more diverse and egalitarian environment. This reflects values of respect, valuing differences and combating discrimination. Considering that the process of disability generates feelings, emotions and psychosocial implications, the present research aimed to understand the impacts of contextual and cultural aspects on the life trajectories and subjectivity of women with congenital or acquired physical disabilities in early childhood. The investigation is qualitative in nature, exploratory in nature and is carried out

¹ Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). Psicóloga pela Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG).

² Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Psicóloga pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ).



through the use of semi-structured interviews, analyzed by Content Analysis. The participants helped us in the construction of our analytical categories: i) Prejudice and intersectionality: narratives of inclusion and exclusion of women with disabilities; ii) Gender and disability: intersections and perspectives; iii) Accessibility at work: (re)significations between insertion, inclusion in the search for professional recognition; and iv) School accessibility: constructions and setbacks in the experiences of disability. Disability is inserted as a striking factor in the lives of these people, taking into account feelings, emotions, anguish, suffering, and in return, recognition, belonging and (re)significations in the face of the disability itself. The gender factor provided enabling factors in relation to work, leisure, school and society. Work was experienced as a driver of subjective and social belonging.

Keywords: Intersectionality; Physical Disability; Trajectories.

1. Introdução

O presente artigo objetiva compreender a trajetória de mulheres, diante dos marcadores sociais relativos à deficiência física¹ congênita e adquirida na primeira infância. A contribuição que se depreende é a descrição dos impactos nos contextos sociais e culturais, pautados por esses marcadores, nas experiências subjetivas, escolares e de trabalho de indivíduos que residem em uma cidade do interior de Minas Gerais (MG). Indicamos a seguinte questão norteadoras: como os marcadores sociais relacionados à deficiência física, congênita e adquirida na primeira infância, influenciam as experiências subjetivas e as trajetórias de vida de mulheres em contextos sociais e culturais específicos de uma cidade do interior de Minas Gerais?

As pesquisas sobre as trajetórias de vida têm mostrado que o estigma² criado sobre a pessoa com deficiência a acompanha, impactando, sobretudo, os âmbitos acadêmico ou profissional (Carvalho-Freiras *et al.*, 2021). Esse estigma ocorre desde a Educação Básica e se relaciona à crença de que a deficiência é um limitador nas aprendizagens fundamentais ao desenvolvimento, marcando de forma negativa esses indivíduos em todas as esferas. As pessoas com deficiência carecem de atendimentos relativos à saúde e educação, demandando a emergência de ações integrais e intersetoriais que primem por sua autonomia.

Em consequência, é preciso que além do atendimento às dificuldades relativas ao corpo físico, o efeito da exclusão gerada pela deficiência seja tratada em nível psicológico, com base no acolhimento e na construção de projetos de vida que dêem a essas pessoas a esperança de permanecerem confiantes e em

¹ A opção pela deficiência física se dá por uma questão subjetiva, uma vez que a primeira autora da pesquisa tem deficiência física. Em decorrência disso, essa deficiência é primada, não fazendo-se oportuno, apesar de fundamental, tratar de outras.

² O estigma é entendido como o produto de um processo relacional, de classificação das pessoas a partir da diferença dos corpos e de atributos valorizados ou não-valorizados socialmente, que trazem consequências subjetiva e objetiva para a pessoa a qual é imputada a avaliação (Goffman, 1998).

luta por seus direitos. Juntamente a isso, são essenciais as “ações intersetoriais, considerando-se as especificidades que a vivência da deficiência impõe, as necessidades gerais de qualquer cidadão em seu contexto sociocultural, bem como o sentido de cada uma das proposições dentro da história de vida de cada sujeito” (Olhero; Ayres, 2021, p. 230).

Limitamos nossa investigação às pessoas que têm a deficiência como congênita e adquirida na primeira infância. Interessamo-nos pela compreensão das trajetórias de vida de pessoas que já passaram seus primeiros anos de vida com uma deficiência, à despeito daquelas que a adquiriram em outro determinado momento da vida. Busca-se identificar as contradições, tensões e encaminhamentos que pessoas com deficiência física construíram para lidar com um contexto social que não foi pensado para elas.

Essas pessoas ocupam posições instáveis dentro da estrutura social, pois seu acesso e inclusão são sempre condicionados às contingências, a partir das quais elas se encontram. O artigo encontra-se organizado da seguinte maneira: inicialmente abordamos a articulação entre a deficiência e a acessibilidade. Em seguida, indicamos nossa metodologia de pesquisa. Posteriormente, apresentamos as análises sobre o percurso realizado. Finalmente, debatemos algumas conclusões.

2. Deficiência e acessibilidade

A evolução histórica de inclusão de pessoas com deficiência vem sendo debatida ao longo dos anos. Em meados do século XX, novas reflexões e avanços surgiram, em relação aos direitos, à inclusão e à acessibilidade. O modelo social de compreensão da deficiência emerge em 1960, trazendo diversas repercussões e contrapondo-se ao modelo individual - médico - em que a deficiência é considerada exclusivamente como proveniente de uma condição biológica do corpo, de dificuldade pessoal, com a adaptação da pessoa à sociedade. No modelo social da deficiência, para além dos fatores biológicos, a experiência de exclusão, é objeto privilegiado de análise, considerada a partir de barreiras impostas pela sociedade, que limitam as vivências sociais como: acessibilidade, educação, trabalho e autonomia, passando a configurar a deficiência como uma questão social (Sillers, 1998).

Essa mudança histórica se reflete, inclusive, nas nomeações atribuídas às pessoas com deficiência ao longo das últimas décadas (Quadro 1).

Quadro 1: Terminologias utilizadas sobre a deficiência no último século.

PERÍODO	DENOMINAÇÃO
1934	Inválido, aleijado, incapacitado, defeituoso ou desvalido.
1937	Excepcional.
1978	Deficiente.
1988-1993	Portador de Deficiência.
1994	Pessoas com Necessidades Especiais.
2009	Pessoa com Deficiência.

Fonte: Adaptação de Sasaki (2002).

Desde os primórdios, os indivíduos com alterações físicas, cognitivas e mentais eram nomeados a partir do viés da deficiência, *déficit* e capacitismo, sendo comum a utilização de nomenclaturas como: loucos, aleijados, cegos e surdos, surdos-mudos, carregando a marca de (des)valorização do *Eu*, enquanto sujeito social. A deficiência passa a ser problematizada no século XX, visando a inserção dessas pessoas na esfera social, buscando sua visibilidade e luta pelos direitos sociais (Silvers, 1998).

A primeira geração de autores do modelo social compreende a deficiência como um processo de opressão e exclusão social. A partir desse modelo, os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência resultam da opressão social, e não da demonstração de *déficits* individuais. A deficiência é retirada do âmbito individual, passando a enfatizar as barreiras arquitetônicas e atitudinais que limitam a participação dos indivíduos na sociedade, em igualdade de condições (Diniz, 2003). No processo de inserção das pessoas com deficiência, ao longo dos séculos, pode-se observar diferentes vieses sociais, desde a exclusão, a segregação, a integração e a inclusão de fato.

Na fase da exclusão, as crianças não tinham acesso à escola, enquanto os adultos não acessavam o trabalho. Esses indivíduos eram vistos como incapazes e inválidos. Na fase da segregação, acreditava-se que eles deveriam ser integrados por escolas filantrópicas específicas, para o apoio, durante a infância. Em relação às oportunidades de trabalho, os adultos com deficiência ocupavam apenas subempregos ou eram inseridos por grupos de pessoas com alguma debilidade em setores específicos, cabe salientar que essa fase ainda se manifesta nos dias atuais (Diniz, 2003).

A fase da integração é construída pela inserção de pessoas com deficiência, classificadas de acordo com sua reabilitação e condição física, educacional e profissional. Essa fase é caracterizada pela luta por direitos, inclusive com a busca pela adequação das escolas e empresas, visando o reconhecimento das diferenças. Ressaltamos que nessa perspectiva, a pessoa com deficiência é quem deve se adequar à escola e ao trabalho e não o contrário, como preconizam as pesquisas que defendem a inclusão. Essa fase é marcada pela reprodução do preconceito:

A integração tinha e tem o mérito de inserir a pessoa com deficiência na sociedade, sim, mas desde que ela esteja de alguma forma capacitada a superar as barreiras físicas, programáticas e atitudinais nela existentes. Sob a ótica dos dias de hoje, a integração consistiu em um esforço unilateral tão somente da pessoa com deficiência e seus aliados (a família, a instituição especializada e algumas pessoas da comunidade que abracem a causa da inserção social), sendo que estes tentam torná-la mais aceitável no seio da sociedade. Isto reflete o ainda vigente modelo médico da deficiência (Sassaki, 2006, p. 33).

Nesta perspectiva, a visão assistencialista penetra na sociedade, associando a deficiência às debilidades apresentadas no corpo. Essa perspectiva

se insere nas discussões sobre a diversidade e o gênero feminino, reforçando a importância da garantia de direitos e liberdade de expressão subjetiva e social:

Temos o fenômeno da deficiência como um processo que não se encerra no corpo, mas na produção social e cultural que define determinadas variações corporais como incompletas, inferiores, ou possíveis de reparação/reabilitação quando situadas em relação à corponormatividade. Isto é, aos padrões hegemônicos funcionais. (Mello; Nuernberg, 2012, p. 2).

O fenômeno da deficiência é configurado no corpo físico, permeado por diferenças, na intelectualidade, cognição e nas relações sociais, limitadas pelas barreiras atitudinais e arquitetônicas, somadas à impermeabilidade de acesso, impactando a autonomia dos indivíduos. A fluidez e as mudanças constantes, são características marcantes de nosso tempo. Mudar requer mal-estar e a convivência com pessoas com deficiência, pressupõe o estranhamento. Nas condições de acessibilidade, acentua-se o mal-estar, em relação à falta de acessibilidade em diferentes ambientes sociais (Bauman, 1998).

No Brasil existem 12.748.663 pessoas com algum tipo de deficiência, correspondendo a cerca de 6,7% da população nacional. Essa informação é veiculada pela Nota Técnica 01/2018, que representa uma releitura dos dados do recenseamento, realizado em 2010. Dentre os tipos de deficiência estão a deficiência visual (3,4%), a deficiência auditiva (1,1%), a deficiência motora (2,3%) e a deficiência intelectual/mental (1,4%). Outro dado importante é a faixa etária na qual se encontram as pessoas com as deficiências, distribuindo-se entre 0 a 14 anos (2%), entre 15 a 29 anos (3%), entre 30 a 39 anos (4,2%), entre 40 a 59 anos (9,7%) e 60 anos ou mais (23,5%) (Brasil, 2018).

Freud (1996), aproxima dois pontos: a cultura, como um projeto inacabado, uma vez que estamos sempre mudando, dialogando com um desamparo cultural. Há uma aproximação entre algo que é da ordem de uma estrutura, linearidade à ordem da diversidade (Freud, 1996). Cabe ressaltar que, na realidade, poucas pessoas se sentem realmente incluídas. Essa sensação de inclusão é marcada pelas sedimentações, estigmas e comportamentos sociais, associados à discriminação, ou à 'falsa' inclusão, configurando uma precariedade do processo inclusivo (Carvalho-Freitas *et al.*, 2013).

Considerando as diferentes características identitárias, culturais e sociais dos indivíduos, consideramos que a interseccionalidade está diretamente relacionada ao entendimento da complexidade que envolve as relações humanas, enfatizando enfoques amplos, pautado em um enfoque integrado, conforme é salientado a seguir:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque

interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Bilge, 2009, p. 70).

Para que a inclusão aconteça de fato, é preciso que os diferentes elementos que constituem os indivíduos sejam considerados, ultrapassando barreiras, tendo em vista modificar, orientar, organizar e modificar as estruturas e o acesso cultural, social, educacional e arquitetônico, para que as trajetórias das pessoas com deficiência passem a perceber o amparo social, com a materialização das medidas legislativas que os alcançam (Bilge, 2009).

A interseccionalidade propõe duas contingências sociais, que descrevem apontamentos e subjetivações sobre os atravessamentos sociais, incorrendo em estranhamentos, diante da diversidade na deficiência, ressaltando que ela seja visualizada em todos os âmbitos culturais, sociais, subjetivos, no entendimento inclusivo diante da historicidade do indivíduo (Bilge, 2009). A inclusão social é um processo de transforma(ção) social. Para que ações sejam efetivas, são necessárias transformações nos ambientes físicos (interno e externo), tais como: adaptações em estruturas, equipamentos, disposição de tecnologias, professores de apoio, tradutores e intérpretes de Libras, dentre outros recursos (Sassaki, 2006).

A inclusão envolve o sentimento de pertencimento nos diversos ambientes sociais, na construção de políticas e de práticas de gestão que favoreçam a participação de todos. Por sua vez, a inserção se refere à introdução das pessoas com deficiência em diferentes ambientes, dentre eles, o ambiente de trabalho, com o objetivo de levá-los a desenvolverem atividades produtivas. Há um gargalo entre ambas as noções, com políticas deliberativas que promovem a inserção. A inclusão, de fato, requer estratégias de sociabilidade e respeito às identidades e trajetórias de vida nos ambientes (Carvalho-Freitas *et al.*, 2013).

Sassaki (2006) indica as seguintes barreiras excludentes:

- a) *Barreiras arquitetônicas e urbanísticas*: pautadas por ambientes sem acessibilidade e que impedem a locomoção em ambientes internos ou externos, como degraus, buracos, banheiros sem acesso, pisos escorregadios, calçadas sem espaço, dentre outros;
- b) *Barreiras comunicacionais*: ocorre quando há 'erros' na comunicação escrita, verbal, corporal e visual, dificultando o entendimento entre as pessoas com e sem deficiência. Um exemplo é a impossibilidade de realizar leituras em Braille, ou por meio de *software* de voz (pessoas cegas), ou a indisponibilidade de um ambiente inclusivo com o uso da Libras (pessoas surdas);
- c) *Barreiras metodológicas*: enfocam a padronização das atividades exercidas, sem considerar a diversidade das pessoas. O foco é na pessoa considerada típica, que não requer adaptações no ambiente, sobretudo, para se locomover. Qualquer pessoa que necessitar de alguma variação

nos métodos e técnicas, permanece em desvantagem para aprender, aplicar e dialogar, por exemplo;

- d) *Barreiras instrumentais*: referem-se a qualquer impedimento de acessibilidade, devido à inadequação de instrumentos: tecnológicos, analógicos ou digitais, tais como, computador, mesa, cadeira, caneta, lápis, etc. Esses instrumentos devem ser adaptados à necessidade do usuário, em caso contrário, seu desempenho será dificultado;
- e) *Barreiras programáticas*: inserem-se nas dificuldades 'ocultas', presentes em políticas e manuais internos que não contribuem com a inclusão e a diversidade, como programas, regimentos pedagógicos que impossibilitam o acesso na participação escolar do aluno, uma vez que cada sujeito apresenta formas diversificadas de aprendizagem;
- f) *Barreiras atitudinais*: ressalta a impossibilidade de acesso à convivência social, direcionando-se ao capacitismo, aos estereótipos e a discriminação. É a barreira que insere a segregação, constituindo uma das barreiras mais importantes, uma vez que ela se encontra na base dos outros impasses às pessoas com deficiência.

A acessibilidade não se restringe ao espaço físico, reduzindo-se à dimensão arquitetônica. Ela interfere nas seis barreiras, buscando a promoção de adaptações e acesso aos diversos espaços sociais. Portanto, a inclusão pressupõe a equidade na construção da multiplicidade de (con)vivência, na intersubjetividade, cultura e inter-relação social. Na esteira do *desempoderamento*, de determinados grupos sociais, a sociedade impõe valores culturais sobre como devemos agir, vestir e agrupar, por exemplo. Dizer sobre a deficiência é ressaltar as marcas simbólicas, não pela deficiência em si, mas sobre como ela é visualizada pelo outro, marcando representações da realidade, produzidas a partir de significados sociais compartilhados (Sasaki, 2006).

Assim, a análise da realidade social nos auxilia na compreensão sobre os domínios que permeiam a vida cotidiana, influenciando a construção da personalidade individual, bem como, as categorias mobilizadas de acessibilidade e inclusão. Os espaços sociais devem ser preparados para a superação do viés da opressão social que se assenta sobre a dicotomia da visibilidade *versus* invisibilidade. Emancipar o sujeito é levá-lo à liberdade de ser o que quiser, sem (pré)conceitos, seja por raça, cor, idade ou gênero (Sasaki, 2006). A inclusão implica na participação ativa do sujeito, pautada na diversidade individual e pluralidade cultural e social.

3. Metodologia

A pesquisa desenvolvida é de natureza qualitativa, de cunho exploratório e tem como principal instrumento a realização de entrevistas semiestruturadas com duas mulheres que têm deficiência: a primeira participante tem deficiência congênita e a outra participante, deficiência adquirida na primeira infância. Salientamos a pesquisa exploratória para: "[...] identificar os fatores que

determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (Gil, 2010, p. 42).

Interessamo-nos por um trabalho pautado nas trajetórias de vida de mulheres com deficiência física. Articulando-nos nas trajetórias familiares, profissionais e processos sociais, utilizando-nos da perspectiva das *Histórias de Vida*, circunscrita à vivência da deficiência. Buscamos compreender a realidade de cada sujeito, a fim de ouvir e acolher as experiências narradas, tendo em vista a forma como narram. A pesquisa sobre as *Histórias de Vida* promove uma aproximação entre narrador e pesquisador, nas interpretações discursivas dos participantes (Silva *et al*, 2007).

Escolhemos essa perspectiva que se compromete com a história, no processo de rememorar momentos da vida, revisitados pelo sujeito. A memória implica em um valioso resgate cuidadoso e ético, contada pelo próprio sujeito, com uma preocupação sobre a forma como a relação entre pesquisador e pesquisado será construída (Silva *et al*, 2007). O conhecimento de determinada ação da história de vida só vai, então, fazer sentido se entendido dentro de seu contexto, na realidade em que é experimentada. Assim, sua resignificação e condição do discurso torna-se uma ponte entre o individual e o social.

A narração das vivências leva o sujeito ao (re)conhecimento de si, indagando sobre seu passado, presente e futuro, na partilha sobre a vida, nas representações de si, em confronto com o outro. As entrevistas foram gravadas e transcritas para formar o *corpus* analisado. Enfocamos os desafios colocados pela deficiência em diversos espaços sociais.

O critério de inclusão das participantes visou garantir a presença de pessoas em idade produtiva, considerando ainda, a facilidade de acesso a elas. Ambas residem na mesma cidade da pesquisadora. Uma delas apresenta deficiência congênita e a outra, deficiência adquirida na primeira infância. A opção por duas pessoas nos possibilitou identificar as determinações sociais que ultrapassam a vivência subjetiva, permitindo identificar sofrimentos e conquistas idiossincráticas, como atravessamentos sociais. Como uma forma de proteção da identidade de nossos participantes, adotamos os pseudônimos: Amélia e Ana.

As características dessas participantes encontram-se no Quadro 2:

Quadro 2: Características das participantes

PARTICIPANTES	IDADE	ESTADO CIVIL	TIPOS DE DEFICIÊNCIA
Amélia	52	Solteira	Paralisia Infantil - adquirida
Ana	32	Casada	Paralisia Cerebral - congênita

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Conforme o quadro 1, Amélia tem 52 anos e é solteira. A participante foi diagnosticada com paralisia infantil, adquirida na primeira infância. Ela possui Ensino Superior e exerce a função de servidora pública. A paralisia foi descoberta

por sua mãe, quando Amélia ainda era um bebê, com apenas seis meses de vida. Ela utiliza botas ortopédicas e faz o uso de duas muletas para o auxílio de suas tarefas: “[...] quando ainda estava bem pequenininha, eu não tinha forças, como já te disse, minha mãe, quando ia me dar banho, minha perna boiava... Então perceberam que algo de errado estava acontecendo” (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

No que lhe concerne, Ana tem 32 anos, é casada e apresenta paralisia cerebral. Ela também cursou o Ensino Superior e trabalha em uma empresa privada. Sua deficiência foi descoberta quando completou um ano e seis meses, devido ao atraso motor e da fala: “[...] *então, foi assim... estava com 1 ano e 6 meses e nada de andar e falar, então, então minha mãe (adotiva) percebeu que algo não estava bem... comecei o tratamento na cidade vizinha e só com 4 anos comecei a falar e depois andar*” (Ana, 32 anos, maio, 2023).

Para compreender os discursos das participantes, optamos pela Análise de Conteúdo como decodificação e interpretação, baseada na análise temática. Enfocamos os temas recorrentes e suas relações com o contexto em que as participantes fazem parte (Bardin, 1977). A análise foi realizada em três diferentes fases: a fase da pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, com a interpretação (Bardin, 1977). Na fase da pré-análise, foi feita a leitura flutuante dos relatos das entrevistadas, com o objetivo de obter uma visão geral do material e identificar informações relevantes para a pesquisa. Na exploração do material, foram selecionadas as unidades de registro, que são trechos significativos do relato das entrevistadas.

A partir dessas unidades de registro, foi realizada a categorização temática, potencializada pelo agrupamento das informações, de acordo com sua similaridade e relevância. Nesse processo, as temáticas identificadas foram gênero e deficiência, preconceito e interseccionalidade, acessibilidade no trabalho e na educação. Por fim, foi feito o tratamento dos resultados, com a interpretação dos dados coletados.

A pesquisa foi submetida e aprovada pela Comissão de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos. As participantes aceitaram participar da pesquisa, com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em consonância com os princípios éticos em pesquisa envolvendo seres humanos nos termos da Resolução 466/12 e Norma operacional 001/2013 e/ou Norma 510/2016 no protocolo de pesquisa da CEPISJ. O projeto que gerou a presente pesquisa foi aprovado, a partir do parecer n. 2.940.638 e CAAE 94280318.5.0000.5151 em outubro de 2018.

4. Resultados e discussões

Indicamos a construção das seguintes categorias analíticas: (1) Preconceito e interseccionalidade: narrativas da inclusão e exclusão de mulheres com deficiência; (2) Gênero e deficiência: interseções e perspectivas; (3) Acessibilidade no trabalho: (re)significações entre inserção, inclusão na busca do reconhecimento profissional; e (4) Acessibilidade escolar: construções e

percalços nas vivências da deficiência. Apresentamos cada uma dessas categorias, iniciando com gênero e deficiência.

Na primeira categoria – Preconceito e interseccionalidade, dialogamos sobre (pré)conceito, deficiência e mulheres como categorias de análise, observadas em um conjunto de marcadores sociais da diferença, para refletir como se relacionam, dialogam, incluem ou excluem as mulheres com deficiência. Na fala de Ana podemos refletir sobre as marcações sociais que consideram o fato de ser uma pessoa com deficiência e mulher:

Ser mulher e ter deficiência é complicado! Vivenciei e vivencio isso no trabalho, na rua, com os outros... e no trabalho é pior ainda...! Estamos ali para cumprir leis e não pela nossa competência! E... e... (pausa) se cometemos algum erro é por causa da deficiência (Ana, 32 anos, maio, 2023).

A participante expressa sua percepção em relação à desvalorização no ambiente de trabalho, negando a sensação de pertencimento e entendendo a deficiência, sob o prisma da vulnerabilidade e incapacidade. Há uma relação de utilidade e inutilidade, considerada como um *mal-estar da civilização*. “[...] evidentemente, a beleza, a limpeza e a ordem ocupam uma posição especial entre as exigências da civilização... a utilidade não explica completamente esses esforços; deve existir algo mais que se encontre em ação” (Freud, 1930, p. 114). Nesse sentido, tendemos a fugir do que é “estranho” ou seja, aquilo que não é normal, elencando ao desprazer, a ruptura de uma ordem social, no “confronto de um ‘exterior’, estranho e ameaçador” (Freud, 1930, p. 85).

Esse olhar de quem vê, não re(produz) apenas discursos, mas pode levar os sujeitos a reflexos de reprodução da visão ditada pelo outro, gerando impactos e rupturas, transformando a ação própria e o contexto em que estão inseridos. O cenário remete a várias significações que, certamente, ganharão seu toque especial pela particularidade de quem analisa e nomeia, a partir do (en)quadro, de significados ou de rupturas, que fazem o sujeito lidar com as questões de uma forma sensível em sua subjetividade. A pessoa com deficiência passa por um processo de (re)conhecimento de si mesma, contribuindo com a desmistificação de saberes já existentes, para então, criar novos significados.

Deve-se considerar a forma como os diferentes espaços sociais podem se tornar ambientes inclusivos às pessoas com deficiência. Na educação, a adoção de algumas medidas para a inclusão na rotina de professores tem representado um impacto positivo nas trajetórias dos estudantes. As estratégias adotadas pelos docentes: i) construção de relações afetivas entre professor e alunos; ii) consideração da inclusão como processo norteador das estratégias didáticas; iii) foco nos processos de ensino e aprendizagem estabelecidos; e iv) busca pelo interesse do aluno, medido pelos resultados das abordagens pedagógicas utilizadas. Tem sido destacada a importância da relação entre o ambiente escolar e o familiar desde a inserção da criança no processo educativo até o Ensino Superior (Vale; Carvalho-Freitas, 2022).

Demonstramos uma visão contraditória da diversidade apresentada por Ana:

Estou aqui, no trabalho, porque a lei obriga! O preconceito vem lá de cima, de pessoas superiores a mim, é.. (pausa) é... Isso eu tenho que conviver, sempre foi assim.... Eles querem pessoas "normais" para exercerem cargos superiores. É... é....(silêncio), na escola também era assim, mais era menos, muitas atividades eu não participava, porque não deixavam (Ana, 32 anos, maio, 2023).

Apesar dos avanços sociais em relação às políticas de inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, Ana atribui em sua fala, sua posição em relação ao cumprimento das leis de cotas. A busca pela diversidade ainda é árdua e escorre nas linhas e entrelinhas, situação agravada pela discriminação e preconceito. Os estereótipos marcam a experiência do sujeito, impedindo a socialização com outras pessoas, proporcionando a repetição de significações atribuídas a determinada pessoa, ambiente ou grupo, fechando as novas experiências. Essa esfera tende a seguir padrões culturais e sociais, automatizando o que a cultura impõe, no sentido de ser, desejar e fazer, na influência de formação de si mesmo e com o outro.

Assim, o sujeito não se percebe na realidade em que vive, na qual o não pertencimento se instaura, impossibilitando o crescimento e a autonomia (Pacheco; Cimpa, 2006). Esse ponto é enfocado por Amélia:

[...] minha infância, foi uma infância muito sofrida! (Longo silêncio). Fui muito pobre! Meu pai não tinha condições! Tive que sair de casa muito cedo para trabalhar! Fui morar com pessoas bem mais velhas do que meus pais. Se existia ou não o preconceito, não dava nem tempo de perceber... (risos e pausa). Na verdade, não tive infância! tinha que trabalhar para comer e ajudar meus pais... [...] (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

Somos marcados por nossas experiências, angústias, sofrimentos, sentimentos, pensamentos, emoções e comportamentos, como molduras que nos formam e (re)formam. A identidade emancipatória, autônoma é importante para a construção do pertencimento e reconhecimento social. Para tanto, salientamos o outro lado, marcado pelo preconceito, infantilização, exclusão e dependência (Pacheco; Cimpa, 2006). As interseções apresentadas aqui, impactam a vida dessas mulheres e constituem suas subjetividades. Necessitamos de construções emancipatórias sobre a deficiência para desconstruir as visões capacitistas para a promoção de reconhecimento, pertencimento e transformação social.

Compartilhamos desse entendimento, indicando as considerações de Vale e Carvalho-Freitas (2022) por afirmarem que as pessoas constroem suas identidades a partir de uma teia de relações que repercutem no contato entre os indivíduos, nos lugares, espaços sociais, culturais e na inserção ou exclusão social como um todo. Por isso, as trajetórias marcadas pela invisibilidade e exclusão são devastadoras na construção identitária das pessoas com

deficiência, tendo em vista que os vieses classificatórios e de segregação são construídos no confronto entre a ideia social de normalidade *versus* anormalidade. Sobre a superação dessa invisibilidade, consideramos a importância da união e da luta das pessoas com deficiência para o reconhecimento de suas identidades e potencialidades. A luta pela construção de uma sociedade inclusiva deve ser coletiva e pautada no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência (Dantas; Silva; Carvalho, 2014).

Na segunda categoria - Gênero e deficiência, a articulação entre o gênero e a deficiência é ressaltada. O elemento gênero compreende as diferenças atribuídas entre homens e mulheres, nos diferentes papéis assumidos nas relações subjetivas, culturais e sociais, com a criação de condições de opressão, subordinação e submissão, referentes ao outro, que exerce a função de poder. Nas experiências narradas aqui, percebemos a dicotomia que escancara o fato de ser mulher com deficiência. Esses elementos são evidenciados na narração, com as entrelinhas, pausas e entonações que silenciam e refletem sobre as desigualdades capacitistas, lançadas sobre a mulher com deficiência. Dizer sobre sua trajetória feminina significa dialogar, refletir e indagar sobre as proposições ditas e dilaceradas pelo fator social, marcado pelas reformulações sociais que interligam as distinções baseadas no gênero e nos simbolismos culturais que sustentam tais discussões (Diniz, 2003).

O relato de Ana resalta os estereótipos enrijecidos nas relações de gênero e na valorização da figura masculina, interligando-se às questões de trabalho, nas distribuições dos cargos e nas relações sociais construídas:

[...] então, você é, é não é promovido, não porque não tenha capacidade, mas, por causa da deficiência, do gênero e do mercado... não, eles não, é... (pausa) é... (pausa). Contrata pessoas com deficiência, então... eu posso te pagar pouco, porque você é mulher e com deficiência (Ana, 32 anos, maio, 2023).

A interseção entre gênero e deficiência pode provocar indagações sobre direitos e políticas públicas que garantam a desigualdade social, levando a inclusão das mulheres com deficiência, transcendendo o reconhecimento das singularidades, possibilidades, valor e cuidado, como direito à dignidade humana (Diniz, 2003). Os argumentos feministas apresentam uma dupla face, "por um lado, revigoram a tese social da deficiência e, por outro, acrescentam novos ingredientes para enfrentamento político da questão" (Diniz, 2003, p. 2).

A deficiência em si já apresenta um *rótulo* incapacitante. Quando ela se soma ao gênero, particularmente o feminino, outros aspectos precisam ser considerados. A interpretação da mulher em sociedade, ainda está muito atrelada ao patriarcado, intensificando sua fragilidade, face à constatação da deficiência. Cabe então o "empoderamento e conhecimento da autoadvocacia para o reconhecimento da identidade de gênero e dos direitos sexuais (o ser mulher com deficiência) como possibilidade de abrir caminhos para o protagonismo na educação, no trabalho, na vida familiar, afetiva e sexual" (Dantas; Silva; Carvalho, 2014, p. 566).

Esse empoderamento ocorre a partir de quatro dimensões consideradas fundamentais para que a identidade se reafirme no contexto sociocultural: i) sua família; ii) o sistema educacional; iii) o direito ao trabalho; e iv) à vida social (Dantas; Silva; Carvalho, 2014). O empoderamento é entendido como um processo que emerge de ações sociais, nas quais as pessoas adquirem autonomia sobre suas próprias vidas. O reconhecimento das potencialidades dos indivíduos envolve a tomada de consciência da relação que se estabelece, de forma dialética, com a sociedade e se materializa na emancipação como um ato social.

Percebemos a dualidade entre ser uma mulher com deficiência, em face dos desafios enfrentados, camuflados pela deficiência, nas tentativas de fazer as tarefas de forma impecável e no entendimento do trabalho como fonte de prazer e pertencimento. Assim Amélia pontua:

Então... Pra mim, a deficiência sempre foi um processo natural. Eu e minha família não me visualiza como uma pessoa com deficiência, se as pessoas me aceitam tudo bem, senão eu sigo em frente, vou embora! Olha pra você vê... eu subo essas escadas com tranquilidade e não são poucas ... [risos e silêncio] (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

As diferenças entre homens e mulheres são postuladas, frente à cultura e à historicidade. Tais construções dialogam com as tentativas de suprir uma necessidade de ser 'bom', 'perfeito' e 'normal', nos dizeres populares, atribuindo ao masculino 'força', 'poder' e 'dinamismo' em seus afazeres. A partir dessa interlocução, agregamos novos meios de 'ver' o mundo em sua pluralidade, em cada história de vida, seja nas entrelinhas ditadas por cada um, a partir da transversalidade que vai se (re)construindo gradativamente.

Nesse sentido, ressaltamos: "de alguma forma, garante que homens e mulheres sejam diferentes, mas essa diferença deve enriquecer o mundo neste momento de mudança e as mulheres devem partir de si mesmas para a reconstrução" (López, 2015, p. 5, tradução nossa)¹. A (re)construção de si perpassa por processos pelos quais as experiências são fontes de sua própria verdade. Consideramos que os diálogos aqui apresentados não se constituem como conceitos fixos, mas transversalizam à cada história, época e contexto, nas ambiguidades atribuídas em cada narração, a fim de compreender, (re)vivenciar e permitir ações transformadoras, para além do capacitismo.

Nossa terceira categoria - Acessibilidade no trabalho, é responsável pela indicação da forma como as participantes se percebem no trabalho. Esse *outro*, não é somente classificado pelos indivíduos, mas também pelos espaços sociais dos quais fazemos parte como a escola, o trabalho e as demais instituições. Para Amélia, o estudo e o trabalho sempre representaram um grande significado. O momento da aposentadoria que se aproxima representa uma inquietude, um

¹ No original: "De algún modo se asegura que hombres y mujeres somos diferentes, pero esa diferencia debe enriquecer el mundo en este momento de cambio y la mujer debe partir de sí misma para la re- construcción" (López, 2015, p. 5).

'vazio'. A visão significativa do trabalho em relação a Amélia exprime o investimento na questão laboral em sua trajetória:

Eu sempre lutei muito! Minha mãe sempre me ensinou a lutar...! (Pausa) Estudar, trabalhar sempre foi meu foco! Mesmo sem acessibilidade, mesmo sem uma inclusão realmente de fato. (Pausa). Como eu já te disse: Minha vida sempre foi muito corrida... Nem tive e tenho tempo para perceber certas situações.... Mas, o trabalho é minha vida. Me sinto muito cansada, porém nem sei como vou fazer depois que eu me aposentar! Trabalho pra mim, me preenche! (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

As relações entre os indivíduos são constituídas pela contradição, nas articulações entre a alienação e o poder, estabelecidos no funcionamento social e permeados por identidades e experiências. Contudo, o trabalho representa dignidade, identidade e pertencimento, levando à satisfação ou insatisfação na (re)significação que o trabalho exerce (Bauman, 1998). Na visão de Ana:

Aqui, estou aqui (pausa) por cotas! Não sei se não fosse elas onde eu estaria... (silêncio). Também eles podem fazer o que querem, porque acham que pertencemos aqui, que não temos outro lugar para trabalhar. Acho até então que, que, que os cargos de chefia não chegam até nós. Até mesmo pela questão de pertencer a esse lugar, ou de ser acessível até certo ponto! (Ana, 32 anos, maio, 2023).

Carvalho-Freitas *et al.* (2013) verificou o ponto de vista de pessoas com deficiência, ao que diz respeito aos próprios processos de inclusão ou exclusão no mercado de trabalho, tendo em vista os valores organizacionais. A empresa pesquisada é considerada uma referência em inclusão e, além de 15 trabalhadores com deficiência, os gestores da empresa e os demais colegas de trabalho foram ouvidos em entrevistas. Os resultados levantados evidenciam a importância da inclusão nos projetos organizacionais compartilhados, o que pressupõe a existência de estratégias e políticas para tornar, de fato, a legislação uma realidade. A sensação de pertença gerada nas pessoas com deficiência em empresas inclusivas, direciona novas possibilidades para se pensar questões identitárias, já que tais práticas têm se destacado, gerando certo prestígio às empresas que as aplicam, o que poderia, em tese, melhorar a forma como as pessoas com deficiência são vistas na sociedade, diminuindo os estigmas sociais.

Para López (2015), a forma como os gestores entendem a deficiência tem pautado as ações organizacionais. Há diferentes concepções sobre a deficiência, desde o reconhecimento dos ganhos para as empresas, como a diminuição de impostos e o alcance de visibilidade das marcas, apresentando-se como ambientes propícios à diversidade, algo que atrai clientes. Em outros casos, os gestores entendem como precária essa inserção, considerando que elas são dotadas de limitações decorrentes, inclusive, da vontade divina. Assim, a forma como os gestores entendem, pessoalmente, a inclusão ou a exclusão, afeta

diretamente a forma como esse processo ocorre para os funcionários, extrapolando os dispositivos legislativos no dia a dia empresarial.

Ana, ressalta uma dualidade nas questões associadas à acessibilidade, inclusão e pertencimento, quando reflete sobre a forma como é percebida em seu ambiente de trabalho:

Lá na empresa me ajudam quando não consigo subir um degrau. Todos respeitam! (Pausa), qualquer dúvida que eles têm, me perguntam...(pausa). O problema é quando a questão vem de superiores, aí a coisa muda... Não respeitam como deveria, se algo acontece não é por você mas... sim, por causa da deficiência. Sinto que as pessoas sem deficiência são tratadas diferentes de nós que tem uma "dificuldade". Mas... eu vou lutando, às vezes sou até sem educação, xingo, porque acredito na minha capacidade! (Ana, 32 anos, maio, 2023).

Nos dizeres de Ana a inclusão ainda não é percebida em seu ambiente de trabalho. A participante parece perceber que suas potencialidades não são ressaltadas, uma vez que a máscara da incapacidade, impressa pela deficiência, em muitos casos, permanece. A inacessibilidade é apresentada por Ana quando cita a necessidade de subir degraus para acessar seu local de trabalho, necessitando do auxílio de seus colegas, quando necessário. A estruturação estrutural acessível é um fator importante na adequação da organização, na busca pela equidade. Outra questão apresentada por Ana aparece nas relações de poder estabelecidos perante à chefia, que causam um mal estar, em à capacidade de bom desempenho de seu trabalho, criando estereótipos de déficit, em relação às pessoas sem deficiência.

Também no trabalho, as organizações podem se tornar mais inclusivas, tendo em vista a redução do capacitismo¹ nas relações laborais. Assim, é preciso que a sociedade tenha maior entendimento sobre a forma a partir da qual os corpos podem ser interpretados, para que possamos fugir de padrões rígidos acerca de como eles devem 'funcionar', diminuindo os preconceitos. Além disso, é preciso que a inclusão, sobretudo em nosso tempo, seja vista como uma estratégia competitiva importante. Ela deve ser perseguida, com a construção de modelos de representação organizacionais que trabalhem em coletividade, a partir de relações assimétricas. Em geral, indica-se a possibilidade de ruptura com os paradigmas da exclusão, baseados em modelos inclusivos sobre a deficiência (Carvalho-Freitas *et al.*, 2013).

Ribeiro e Carneiro (2009) evidenciam a insatisfação dos empresários, quanto ao cumprimento da Lei de Cotas, ocasionando a baixa adesão pelas empresas que, em tese, estariam sujeitas a esse cumprimento, gerando autuações pelo Ministério Público de Belo Horizonte (MG). Com base nessas autuações e nas defesas oferecidas pelas empresas, em devolutiva ao descumprimento, foi possível determinar alguns elementos que caracterizam um

¹ Capacitismo, entendida na presente dissertação, como um preconceito. Ele associa deficiência à incapacidade (Carvalho-Freitas *et al.*, 2021).

perfil, comumente contratado pelas empresas cumpridoras da Lei. Tais características acabam reproduzindo um cenário de exclusão, quando algumas deficiências são priorizadas, em relação às outras, no ato da contratação. Em geral, as empresas buscam por pessoas cuja inserção não requer adaptações em seu ambiente, ou cuja deficiência não implique na queda na produtividade em setores produtivos.

A preferência na contratação é, com frequência, atribuída às pessoas com deficiência física, mas que não necessitem de uma cadeira de rodas, que demandaria uma estrutura maior, como a construção de rampas, para sua locomoção. Além disso, os postos de trabalho são pouco valorizados, atribuindo, em geral, até dois salários-mínimos como pagamento, sem planos de carreira, oportunidades de aperfeiçoamento, como cursos, ou possibilidade de promoções. Ribeiro e Carneiro (2009) ressaltam a importância do aumento na fiscalização, aplicação de multas pelo descumprimento e modificações na lei, que não considera essa predileção por certas deficiências que não demande grandes modificações nas empresas, o que fomenta a seletividade e a discriminação de alguns grupos sociais como cegos, surdos, pessoas com doenças mentais ou cadeirantes, por exemplo.

Por fim, nossa última categoria - Acessibilidade escolar, enfoca a trajetória escolar das participantes. No cotidiano educacional, encontramos percalços na estrutura física, falta de profissionais de apoio pedagógico e psicológico, tradutores e intérpretes de Libras, materiais inclusivos, dentre outros elementos. Diante desses desafios, reconhecemos que a garantia da inclusão, deve se pautar na construção de aportes direcionados ao pertencimento, considerando a singularidade de cada indivíduo e a busca da autonomia e respeito às diferenças. Não se trata de uma mera modificação no conjunto de procedimentos, mas da aplicação das políticas emanadas às pessoas com deficiência, com uma mudança de mentalidade em todo o espaço educacional, em diálogo com a comunidade.

Incluir é permitir que todos estejam realmente juntos. Ana ressalta a dicotomia entre a exclusão e a inclusão:

Nas aulas de biblioteca era sempre assim... Os meninos levavam um livro pra mim, tinha dia que cada criança levava um livro. Mas, eu não me sentia bem por isso! Porque para ir até a biblioteca tinha escada, o pessoal tinha medo que eu pudesse cair. Os meninos sempre me ajudavam! Mas nessa questão, não, não gostava! (Ana, 32 anos, maio, 2023).

O fragmento acima trata do acesso aos livros, imprescindível para a formação acadêmica de qualquer indivíduo, sobretudo no espaço educacional. Essa acessibilidade não se encontrava presente nas trajetórias de ambas as participantes. Em vista disso, Ana relata perceber a exclusão, ao não se sentir parte do espaço destinado à biblioteca, como se este fosse negado a ela, devido à sua grande dependência de terceiros. Ações, princípios e leis argumentam a base da educação para todos, respaldando a igualdade e a diversidade,

considerando a equidade de acesso do Ensino Básico ao Ensino Superior (Poker; Valentim; Garla, 2018). Nota-se que o aumento do número de matrículas, ocasionado por políticas de inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular, refere-se somente à oportunidade de acesso. Mas o acesso não *per se*, não significa inclusão (Lockmann *et al.*, 2017).

O modelo educacional e a exigência da inclusão escolar, revela diversas contradições para que a inclusão seja estabelecida. Reconhecemos leis e diretrizes que resguardam tais direitos, mas ainda há uma resistência à inclusão, como ilustra as falas de Ana e Amélia, indicando situações de segregação, nas quais as escolas somente abrem as portas, oportunizando o acesso, mas não promovem experiências realmente inclusivas, favorecendo a igualdade e a participação plural. No trecho seguinte, Amélia reflete sobre o período em que realizou seus estudos:

Olha, na minha época estudar já era difícil, imagina para uma pessoa com deficiência? Então era complicado! Não existia nada de leis para ajudar...! Era na luta mesmo... Lembro que, no ensino básico, tinha que andar muito e ainda trabalhar depois das aulas, enfim... Mesmo na minha independência, às vezes, observava algumas diferenças, mas eu tinha que ir na luta, era eu adaptar mesmo, fazer acontecer, ninguém ligava não... Eu estava ali e pronto, ninguém observava se tinha alguma dificuldade para subir ou descer degraus. Ah, a vida não foi nem um pouco fácil (Amélia, 52 anos, abril, 2023).

Para que a pessoa com deficiência construa experiências afetivas e independentes nos espaços sociais acessíveis é necessário que ela se sinta acolhida, considerando suas dificuldades e potencialidades (Poker; Valentim; Garla, 2018). O pertencimento social favorece a construção de possibilidades, condições sociais e liberdade para a construção da trajetória educacional à profissional, proporcionando aprendizados, construindo possibilidades, quebrando barreiras e gerando encorajamento e empoderamento. Portanto, as instituições devem se mobilizar, formulando novas políticas e meios para a participação efetiva. Fatores sociais, históricos e culturais podem influenciar a chegada e também a permanência desses alunos na universidade.

Valores e atitudes nos levam a considerar a inconsistência da acessibilidade no espaço escolar à universidade. As narrativas daqueles que cursam esse nível de ensino, escancaram a exclusão, marcada pelo estigma e pelo entendimento médico dos indivíduos como incapazes, quando na presença da deficiência. As categorias construídas para a análise dos dados apurados nesta pesquisa indicam que a inclusão, o acesso, a acessibilidade, possibilitam o desenvolvimento das capacidades e habilidades, visando a integração social das pessoas com deficiência. Deve-se primar pela emancipação e autonomia do indivíduo, com a multiplicação de oportunidades para o seu aperfeiçoamento.

Em resumo, é possível considerar que falar sobre deficiência nos leva a dialogar sobre as interseccionalidades envolvidas diante do feminino, na

proporção de reflexões, ressaltando a inclusão da mulher com deficiência em todos os espaços subjetivos, afetivos, culturais e sociais que fazemos parte. Assim, é possível compreender as identidades dos sujeitos e sua formação ideológica e cultural.

5. Considerações finais

Ressaltamos a necessidade da luta pela autonomia das pessoas com deficiência, com a valorização de suas experiências e narrativas, favorecendo a desmistificação do estigma e contribuindo para a efetivação das legislações que garantem a inclusão em todo o sistema educacional. Este estudo identificou questões relacionadas à necessidade de trabalho e sobrevivência que levaram duas mulheres, dentro de contextos específicos, a buscar independência financeira e autonomia, favorecendo a construção de histórias idiossincráticas, mas que nos mostram possibilidades e mudanças construídas paulatinamente.

Os resultados levaram a quatro categorias básicas: i) preconceito e a interseccionalidade: narrativas da inclusão e exclusão de mulheres com deficiência. Nesta categoria, identificamos a presença da interseccionalidade, nas relações estabelecidas entre essas participantes e seu meio. Vimos que há diferentes categorias sociais como: raça, classe, gênero, dentre outras, influenciando a forma como o meio visualiza a deficiência, sob o prisma do preconceito. A categoria: ii) gênero e deficiência: interseções e perspectivas, enfoca a interseção entre gênero e deficiência, ressaltando um duplo preconceito que denota a subjugação, a partir de classificações historicamente enraizadas.

Em consonância, a terceira categoria: iii) acessibilidade no trabalho: (re)significações entre inserção, inclusão na busca do reconhecimento profissional, evidencia a forma como as interações no trabalho favorecem ou dificultam o sentimento de pertencimento e valorização, incorrendo no reconhecimento, ou não, de suas potencialidades. Infelizmente, percebemos uma série de ocorrências nas quais Ana e Amélia sentiram-se desvalorizadas e menosprezadas. A última categoria, iv) acessibilidade escolar: construções e percalços nas vivências da deficiência, trata das experiências das participantes durante toda a sua escolarização, enfocando a falta de acesso e a negação de determinados espaços, mesmo com a inserção na escola.

Considerando que a maioria das pesquisas sobre deficiência enfocam todos os tipos de deficiência, de forma ampla, a presente investigação contemplou aspectos culturais, sociais e emocionais, com um recorte para a deficiência motora. A defasagem nas pesquisas sobre o tema é preocupante, tendo em vista a defesa da inclusão social das pessoas com deficiência, sobretudo em relação à mobilidade, a partir das narrativas de pessoas representativas deste grupo social. Ressaltamos que a pesquisa se volta sobre uma cidade do interior, com baixa estrutura, sobretudo, arquitetônica, para o deslocamento de nossas participantes. Isso impacta nos diferentes sentidos construídos e reforça a importância de outras investigações que potencializam um contato mais delongado.

Finalizamos ressaltando que a presente pesquisa considera a deficiência como um processo, do qual decorre e são gerados, diferentes aspectos subjetivos e psicossociais, ligados à busca pela compreensão dos aspectos contextuais e culturais nas trajetórias das pessoas com deficiência. Ressaltamos que as identidades são negociadas nos diferentes espaços sociais, sobretudo, trabalho e educação. Assim, a forma como essas participantes são interpretadas socialmente, influencia sua autoestima e senso de pertencimento, além da busca por novas oportunidades para a formação e os estudos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. 1998.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogene**, France, v. 225, n. 1, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.3917/dio.225.0070>. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-diogene-2009-1-page-70.htm?ref=doi>. Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Nota Técnica 01/2018**. Censo sócio demográfico – População residente por tipo de deficiência. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3326&z=cd&o=6&i=P>. Acesso em 01 jun. 2022.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de. *et al.* Comprometimento Organizacional e qualidade de vida no trabalho para pessoas com e sem deficiência. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 18, n. 1, p. 109-120. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/Zk5tmyZVnmj8rnrFk697NdC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2024.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de *et al.* Diversidade Funcional e inclusão em situações de trabalho: dimensões de análise. *In.*: WITCZAK, Marcos Vinícius Castro; PEIXOTO, Adriano de Melo Alves. **Desafios da inclusão de pessoas com deficiência no trabalho**: reflexões e práticas. Editora: UFBA. 2021.

DANTAS, Taísa Caldas; SILVA, Jackeline Susann Souza; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Entrelance entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 20, n. 4, p. 555-568, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/bV7h6MQqf7VyQ5Y93RYrBdw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2022.



DINIZ, Débora. **Modelo Social da Deficiência:** a crítica feminista. Série Anis, 28, 1-10. 2003.

FREUD, Sigmund. O mal estar na civilização. *In.*: FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1974. 21. 1930.

FREUD, Sigmund. O "estranho". *In.*: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud** (Tradução J. Salomão) Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1919). 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores. 158 p. 1998.

LOCKMANN, K.; MACHADO, R. B.; FREITAS, D. D. A inclusão, a escola e a subjetivação docente: analisando o contexto do Rio Grande. **Educação em Revista**, 33, e154132. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/g9bJBZvbFMHyKXFNyGp9rMD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jul. 2024.

LÓPEZ, Alejandra Montané. Transversalidad de gênero: Educación, formación y empleabilidad. **Espaço do currículo**, v. 8, n. 2, p. 176-194, 2015. Disponível em: <https://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/154542/1/667555.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2023.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 20, n. 3, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/rDWXgMRzzPFVTtQDLxr7Q4H/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2023.

OTHERO, Marília Bense; AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. Necessidades de saúde da pessoa com deficiência: a perspectiva dos sujeitos por meio de histórias de vida. **Interface** - Comunicação, Saúde, Educação, v. 16, n. 40, p. 219-233, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1801/180122635016.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

PACHECO, Kátia Monteiro de Benedetto; CIAMPA, Antonio da Costa. O processo de metamorfose na identidade da pessoa com amputação. **Actafisiátrica**, v. 13, n. 7, p. 163-167, 2006. Disponível em:

http://www.actafisiatrica.org.br/detalhe_artigo.asp?id=192. Acesso em: 31 jul. 2024.

POKER, Rosimar Bortolini; VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado; GARLA, Isadora Almeida. Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 1, p. 127-134, 2018.

RIBEIRO, Marco Antônio; CARNEIRO, Ricardo. A inclusão indesejada: as empresas brasileiras face à Lei de Cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **O&S** - Salvador, v. 16, n. 50, p. 545-564, 2009.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/osoc/a/wBLYwySGYjQyBTTPWhgwxB/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 fev. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia Sobre Deficiência na era da Inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, v. 5, n. 24, p. 6-9, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos (7a ed.). Rio de Janeiro: WVA. 2006.

SILVA, Aline Pacheco *et al.* Conte-me sua história: reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico**: estudos em psicologia, v. 1, n. 1, p. 25-35, 2007. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/6224>. Acesso em: 27 ago. 2022.

SILVE'RS, Anita. Formal Justice. *In.*: SILVERS Anita *et al.* (editors).

Disability, Difference, Discrimination: perspectives on justice in bioethics and public policy. New York: Rowman & Littlefield Publishers. 1998.

VALE, Carina Aparecida do; CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de. Influências de ações docentes na trajetória de estudantes universitários com diferença funcional. **Reeducação**: Santa Maria, 47. 2022.

Recebido em: 22 de fevereiro de 2024.

Aceito em: 24 de agosto de 2024.

Publicado em: 02 de janeiro de 2025.